
Entrevista realizada na Procuradoria-Geral de Justiça Militar,
em Brasília, em 5 de março de 2015, por Gunter Axt.

VERA REGINA ALVES DE BRITO



Vera Regina da Mota Coelho Americano Alves de Brito nasceu em 29 de julho de 1943, em Itabuna, na Bahia. É filha de Jaime Teodoro Coelho e Maria Ester Guimarães Mota Coelho. Casou-se com Rubens Americano Alves de Brito. Em 1968, formou-se em Direito pela Faculdade Nacional de Direito, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Concluiu, ainda, mestrado e doutorado, nos anos de 1976 e 1977, na mesma instituição. Foi professora de Direito Penal na Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas entre os anos de 1973 a 1980. Atuou, inicialmente, na Procuradoria da Justiça do Trabalho, no Rio de Janeiro. Ingressou no Ministério Público Militar como segunda substituta de procurador de segunda categoria, por indicação, em 25 de agosto de 1972, funcionando, inicialmente, na 1ª e na 2ª Auditorias da Marinha da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, no Rio de Janeiro. Em 1980, requisitada, passou a atuar em Brasília. Em outubro de 1988, passou a ocupar o cargo de procuradora militar de segunda categoria, função que teve nomenclatura alterada, em maio de 1993, para promotor(a) da Justiça Militar. Em 20 de fevereiro de 1995, foi promovida a procuradora da Justiça Militar. Em 31 de maio de 1995, ainda, foi promovida a subprocuradora-geral da Justiça Militar. Em 20 de novembro do mesmo ano, aposentou-se.

Memória MPM – *Doutora Vera, a senhora é natural de Itabuna, na Bahia?*

Vera Regina Alves de Brito – Sou de Itabuna, mas fui criada no Rio de Janeiro, para onde fui com dois meses de idade.

Memória MPM – *E sua família fazia o quê? Era natural da Bahia?*

Vera Regina Alves de Brito – Sim, meu avô era desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia e meu pai, médico.

Memória MPM – *E a família mudou-se para o Rio?*

Vera Regina Alves de Brito – Com a Segunda Guerra Mundial, meu pai resolveu se mudar. Ele tinha uma fazenda de cacau em Itabuna – todo mundo em Itabuna cultivava cacau. O preço do produto no mercado caiu drasticamente. Então, ele resolveu transferir-se para o Rio. Tanto que eu fui a Itabuna, até hoje, uma única vez.

Memória MPM – *E como surgiu a decisão de fazer a Faculdade de Direito?*

Vera Regina Alves de Brito – Olha, eu estava fazendo vestibular para Medicina, em parte influenciada pelo meu pai. Mas numa brincadeira de colegial, fomos à Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro, onde os estudantes estavam em um departamento dissecando uma minhoca. Prenderam a minhoca aqui, ali e cortaram. Quando a vi, quase desmaiei: “Meu Deus do céu, como é que eu vou estudar Medicina, se não consigo ver cortar uma minhoca?!”. Em casa, transmiti, então, ao meu pai o desejo de prestar vestibular para Direito. Ele reagiu como todos os pais faziam: “Que

coisa horrível, não sabe o que quer da vida!”. Estávamos em novembro, ou dezembro, e o vestibular seria em janeiro.

Memória MPM – *Em que ano foi o seu ingresso?*

Vera Regina Alves de Brito – Eu entrei em 1964. Foi problemático, porque, embora eu estudasse latim na escola, no vestibular caía Sociologia também, e tive pouquíssimo tempo para me preparar.

Memória MPM – *A família apoiou, concordou com a ideia do Direito? Porque na época existia certo estranhamento com mulheres nessa área.*

Vera Regina Alves de Brito – Inicialmente, meu pai não gostou. E minha mãe quis saber o que eu iria fazer com o Direito: “Vou ser promotora!”. E assim foi.

Memória MPM – *E por que a opção por promotora?*

Vera Regina Alves de Brito – Coisa de jovem... Não tinha muita dimensão das coisas. Eu admirava uma prima, um pouco mais velha. Achava-a inteligentíssima, preparadíssima, educada, bonita, elegante. Ela era advogada. Acho que isso teve alguma influência...

Memória MPM – *Ela era advogada no Rio de Janeiro?*

Vera Regina Alves de Brito – Era natural da Bahia, mas estava no Rio.

Memória MPM – *Então era uma família com toda uma tradição no Direito.*

Vera Regina Alves de Brito – Sim. O Adalácio Coelho Nogueira, que foi ministro do Supremo Tribunal Federal, era meu primo, mas a gente considerava como tio, porque foi criado pelo meu avô.

Memória MPM – *Sim, e seu avô, que foi desembargador, como se chamava?*

Vera Regina Alves de Brito – Teodoro Ferreira Coelho, desembargador pelo Tribunal de Justiça da Bahia. Depois ficou em disponibilidade, por causa do sobrinho Adalício, que não poderia continuar na carreira com o tio na ativa.

Memória MPM – *E como foram seus anos de Faculdade? Era um período agitado...*

Vera Regina Alves de Brito – Foi muito agitado! O primeiro ano foi uma coisa terrível! Como a gente era muito nova, não tinha noção, mas me lembro do clima difícil. Cheguei a ter um problema sério de saúde, porque era tanta bomba que explodia dentro da Faculdade, que não íamos ao banheiro, com medo de sermos atingidas.

Memória MPM – *E depois vieram os acontecimentos de 1968...*

Vera Regina Alves de Brito – Em 1968, me formei.

Memória MPM – E como foi o curso? Havia muitas mulheres?

Vera Regina Alves de Brito – Poucas. Os tempos eram diferentes. Existia mais formalismo. Os rapazes faziam os exames orais de paletó e gravata. Nenhum deles usava *jeans*. Eu, nem calças compridas vestia, hábito que mantive durante o tempo em que atuei na Procuradoria! Minha indumentária constituía-se de saias, *tailleurs*...

Memória MPM – *A senhora sentiu algum tipo de discriminação por ser mulher?*

Vera Regina Alves de Brito – Algumas vezes... A cada dia era preciso “matar um leão”, para comprovar competência, porque havia um pouco de discriminação. Em 1969, quando fui convidada para dar aulas de Penal na Faculdade de Direito, isso ficou mais perceptível.

Memória MPM – *Pois é, já em 1970 a senhora atuava regularmente como professora.*

Vera Regina Alves de Brito – Como eu era bem nova, tive alguns problemas. Um professor de Direito Comercial, depois de terminada sua aula, quando meu turno começava, sentou-se em uma carteira e ali ficou. Estranhei o que um professor faria ali, se sua aula já tinha acabado. Fiquei assim meio sem graça e ele me disse que queria saber se era mesmo competente.

Memória MPM – *A senhora era assistente nessa época?*

Vera Regina Alves de Brito – Eu era assistente do catedrático de Direito Penal, Hélio Tornaghi. Embora ele fosse processualista, célebre, na Faculdade ministrava Direito Penal.

Memória MPM – *Foi ele quem a convidou?*

Vera Regina Alves de Brito – Sim. Fiquei assustada: “Como vou dar aula de Direito?”. Ele disse: “Vera, a diferença entre um aluno e o professor é que o primeiro paga para estudar e o segundo é pago para estudar.”. Nunca me esqueci disso! De fato, a gente tinha que estudar para preparar as aulas. Foi uma época gratificante, que deixou saudades, como também deixou o período de estudante, apesar dos embates na Faculdade.

Memória MPM – *Logo em seguida a senhora já começou a atuar...*

Vera Regina Alves de Brito – Sim, fui para a Procuradoria da Justiça do Trabalho. Mas pouco depois, a Procuradoria transferiu-se para Brasília; o procurador-geral me convidou, com mil e uma vantagens, mas preferi permanecer no Rio de Janeiro, pois não queria deixar meus pais. Assim, fui para a Justiça Militar.

Memória MPM – *E como foi o ingresso na Justiça Militar em 1972?*

Vera Regina Alves de Brito – Na Faculdade um colega professor me disse que a Justiça Militar estava admitindo, sugerindo que eu tentasse. Éramos nomeados por indicação, não havendo concurso nessa época. Todos eram contratados como substitutos. Estranhei: fiquei me perguntando o que tinha a ver com a Justiça Militar. Nada! Só que, por coincidência, o procurador-geral era o doutor Ruy de Lima Pessôa, que tinha sido, na Bahia, aluno do Adalício Coelho Nogueira; conhecia minha família toda. Resolvi aceitar. Assim, entrei na Justiça Militar por indicação desse colega e porque o doutor Ruy aceitou.

Memória MPM – *A senhora foi para qual Auditoria?*

Vera Regina Alves de Brito – Inicialmente, iria para a segunda da Marinha, mas fui requisitada para a da Aeronáutica. Depois de cinco anos, fui para a Auditoria da Marinha. Era o auge da repressão, entre 1972 e 1973. Aquilo foi muito traumatizante para mim, porque, de repente, comecei a pegar processos pesadíssimos, nos quais reconhecia colegas, contemporâneos de Faculdade, denunciados por crimes contra a Segurança Nacional. Tomei conhecimento (hoje em dia ninguém quer mais falar nesses termos) de todas aquelas terríveis ações terroristas. Ficava me indagando como aquelas pessoas com as quais eu conviviera, que haviam sido colegas meus e do meu irmão, teriam sido capazes de atos como aqueles. Um dos primeiros processos que

me chegou, do qual jamais me esqueci, tamanho foi o choque, referia-se a um assalto a banco praticado pelo pessoal da subversão (não era assaltante comum) em um subúrbio do Rio, chamado Bonsucesso. O guarda bancário, que estava desarmado, foi metralhado. Esse guarda deixou cinco ou seis crianças órfãs. Uma coisa chocante! O pessoal que participava da luta armada não era gente pobre. Eram jovens instruídos, da classe média, e até da classe alta...

Memória MPM – *E existiam, também, assaltantes comuns?*

Vera Regina Alves de Brito – O Decreto-Lei 898 [de 29 de setembro de 1969] considerou os assaltos aos bancos crimes contra a Lei de Segurança Nacional. De repente, a gente começou a julgar e processar assaltantes comuns.

Memória MPM – *E conseguia fazer a distinção de quando se tratava de preso político ou assaltante comum?*

Vera Regina Alves de Brito – Sim, porque as quadrilhas de assaltantes comuns eram “da pesada”. Os réus políticos eram jovens, estudantes, que pertenciam a organizações como a VAR-Palmares. Dizem que, como todos ficaram presos juntos na Ilha Grande, os conhecimentos sobre técnicas de assalto a bancos foram transmitidos de uns para os outros.

Memória MPM – *Houve aumento da incidência de assaltos a bancos?*

Vera Regina Alves de Brito – Sim.

Memória MPM – *Havia denúncias de tortura e de abuso de autoridade de parte dessas pessoas que eram julgadas?*

Vera Regina Alves de Brito – Sim, mas eu nunca presenciei algo assim. Nos depoimentos eles relatavam aquelas violências sofridas no DOI-

Codi. Mas todo preso sempre se queixa de sofrer coação, sevícias, arbitrariedades, maus-tratos... Não tínhamos elementos concretos que comprovassem que aquilo de fato tinha acontecido. Hoje em dia se faz o exame de corpo de delito, mas naquela época, não. Me recordo de uma situação na Auditoria em que uma denunciada, Inês Etienne Romeu, desafiou os militares, dizendo algo assim: “Eu estou aqui sentada, mas amanhã serão vocês.”. Com muito sangue frio, na sala de espera da Auditoria, ela arrancou uma unha do pé. Estava com a unha machucada. Dizem que foi sangue para todo lado. Não assisti à cena, mas estava na Auditoria naquele dia.

Outro caso do qual me recordo, logo no início, em 1972, foi de um rapaz, um réu chamado Hélio da Silva: não era estudante, não sei o que fazia, operário talvez, mas estava infiltrado num desses agrupamentos, que matou um marinheiro inglês, David Cuthberg, que veio em uma esquadra da Inglaterra e passou o carnaval no Rio, ancorada. O jovem marinheiro saiu para passear e foi morto. O juiz-auditor perguntou-lhe por que fizera isso, o que teria o marinheiro a ver com a situação do Brasil. Ele respondeu: “Nós fizemos isso para chamar a atenção do mundo sobre o Brasil.”. Eu era recém-chegada, ainda muito nova, e fiquei chocada com essa lógica.

Memória MPM – *A senhora era solteira?*

Vera Regina Alves de Brito – Nesse tempo era solteira.

Memória MPM – *Paralelamente, quando a senhora estava no Rio, pôde fazer pós-graduação, mestrado e doutorado. Quais foram os temas?*

Vera Regina Alves de Brito – Em Direito Penal, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, antiga Universidade do Brasil ou Faculdade Nacional

de Direito, onde estudei. Com o problema político, os cursos de pós-graduação foram suspensos. Quando os reabriram, eu já estava na Justiça Militar. Tinha largado o Direito do Trabalho de vez e dava aulas de Direito Penal. Prestei um exame de ingresso para o primeiro curso de mestrado que ocorreu na Faculdade Nacional de Direito, depois de 1964. Concluído o mestrado, logo em seguida fiz o doutorado.

Memória MPM – *Não eram muitas mulheres com doutorado em Direito no Brasil, não é?*

Vera Regina Alves de Brito – Não. Fico espantada com o número de mulheres nas Faculdades de Direito hoje, assim como no Ministério Público e na magistratura. É impressionante. Mas o fato é que eu acho se tratar de uma profissão muito boa para mulher.

Memória MPM – *Por quê?*

Vera Regina Alves de Brito – Bem, eu me realizei profissionalmente. Há independência na atuação. Cada um é responsável pelo seu trabalho. Claro, não sei como é hoje em dia. Além disso, as mulheres são muito conscienciosas e detalhistas, mais do que os homens, o que funciona bem no Direito.

Memória MPM – *A senhora acha que existe um jeito feminino, diferente, no Direito?*

Vera Regina Alves de Brito – Sim. As mulheres são mais detalhistas. Meus colegas homens, talvez, tivessem mais capacidade na tribuna ou mais conhecimento do que eu, mas eu examinava folha por folha do processo, os detalhes nas entrelinhas.

Memória MPM – *Alguma vez a senhora sentiu algum tipo de desconforto pelo fato de ser jovem, mulher, e de estar atuando na área Penal Militar?*

Vera Regina Alves de Brito – Havia algo, até porque eram pouquíssimas mulheres atuando na Justiça Militar, no Brasil inteiro.

Quando trabalhei na Procuradoria-Geral da Justiça do Trabalho no Rio de Janeiro, havia até um assédio irritante por parte dos procuradores: eu era jovem, solteira, recém-formada. Acaba sendo uma espécie de coação, porque a gente está precisando começar a vida profissional e, de repente, começam os indivíduos a assediar. Se a pessoa não responde positivamente, fica a impressão de que pode acabar sofrendo algum tipo de perseguição no futuro. Por sorte, eu era muito protegida pelo procurador-geral, o Dr. Marco Aurélio Prates de Macedo, o que me blindava.

Na passagem dos anos 1970 para 1980, houve um concurso para juiz-auditor promovido pelo Superior Tribunal Militar e pensei em me inscrever. Estava me preparando. Mas me senti dissuadida depois de uma advertência recebida de parte do ministro [Georgenor Acylino de] Lima Torres, quando este fazia uma visita à Auditoria da Marinha, no Rio de Janeiro: “Prepare-se bem, doutora, porque vou arrojá-la, pois não admito mulheres como juízas-auditoras militares.”. E ainda complementou: “Como uma mulher vai se reunir sozinha com o Conselho de Justiça a portas fechadas?”. Foi traumatizante para mim. Acho que hoje em dia essas coisas não acontecem mais no meio jurídico e se acontecem, é raramente.

Memória MPM – *Algum outro processo que tenha lhe chamado a atenção nesse período no Rio de Janeiro?*

Vera Regina Alves de Brito – Há vários. Como o primeiro processo que me coube, para arrazoar o recurso do Ministério Público no caso de um assalto a uma mansão em Santa Teresa, de onde levaram um cofre que pertencia ao Adhemar de Barros. Também havia menção a um cofre em um apartamento na rua Marechal Mascarenhas de Moraes. Uma ação na que, creio, a atual presidente Dilma Rousseff também estaria envolvida – não lembro mais qual era o codinome dela. Foi o primeiro processo em que atuei.

Memória MPM – *Quais foram os argumentos? Alguma coisa em especial?*

Vera Regina Alves de Brito – Não. Eu guardei apenas essa informação, porque foi o primeiro caso que recebi. Lembro-me de que se tratava do caso do cofre do Adhemar de Barros e de um apartamento na rua Marechal Mascarenhas de Moraes.

Memória MPM – *E como era o ambiente de trabalho na Auditoria?*

Vera Regina Alves de Brito – Como a Justiça Militar era pequena, havia muita integração entre juízes e procuradores, pelo menos assim era no Rio de Janeiro, onde eu vivia. Essa integração alcançava também os advogados de ofício e os advogados de fora. Eu era amiga dos juízes com os quais trabalhei. Não encontrei esse mesmo clima em Brasília; havia mais isolamento entre as pessoas.

Memória MPM – *O que a senhora poderia nos dizer da convivência com os advogados? Refiro-me especialmente ao período em que atuou na Auditoria no Rio de Janeiro.*

Vera Regina Alves de Brito – Sim, foi a fase dos crimes contra a Lei de Segurança Nacional. Tive contato com excelentes advogados, a “papa-fina”

da advocacia no Rio de Janeiro. Entre eles, não me esqueço do Heleno Fragoso, do Evaristo de Moraes Filho, do Antônio Modesto da Silveira, do Augusto Süssekind de Moraes Rego, do Virgílio Donicci.

Memória MPM – *E a senhora trabalhou com qual dos irmãos Evaristo de Moraes?*

Vera Regina Alves de Brito – Trabalhei primeiro na Justiça do Trabalho com Evaristo, o trabalhista, uma inteligência de assombrar. E na Justiça Militar tive vários processos com o criminalista. Então, atuei com os dois. O trabalhista era bem mais velho, mas o criminalista morreu cedo.

Memória MPM – *Na Justiça Militar, ele defendendo e a senhora acusando?*

Vera Regina Alves de Brito – Isso: eu acusando e ele defendendo.

Memória MPM – *Quem ganhava?*

Vera Regina Alves de Brito – Dependia muito das provas no processo. O Conselho de Justiça ficava adstrito às provas. A defesa podia ser brilhante, mas se houvesse provas, o acusado seria condenado. Havia outros advogados, bastante badalados, mas com os quais não tinha muita afinidade.

Memória MPM – *Com o Modesto, o Heleno Fragoso, os irmãos Evaristo e o Süssekind a senhora convivia no ambiente mais pessoal, ou só no profissional?*

Vera Regina Alves de Brito – Frequentava a casa do Evaristo de Moraes, o criminalista, porque jogava biriba com a mulher dele. A mãe dele, dona Dora, era minha esteticista: cuidava da minha pele. Éramos todos muito amigos. No trabalho éramos adversários...

Memória MPM – *Mas isso não contaminava a relação?*

Vera Regina Alves de Brito – Não. Um único advogado, badalado, cujo nome não vou citar, conduzia para o lado pessoal essas coisas, e me incomodava muito. Já é falecido. Trabalhei também com excelentes advogados de ofício. O Rio de Janeiro tinha esse ambiente intelectualmente preparado.

Memória MPM – *A senhora conheceu os irmãos Evaristo em função da atividade profissional?*

Vera Regina Alves de Brito – Trabalhei com os dois e os conheci bem, pois o Hélio Tornaghi, de quem eu era assistente da Universidade, era amigo do trabalhista. Eles eram mais velhos. Eu frequentava muito a casa do Hélio Tornaghi. O Evaristo e o João Romeiro Neto, que era criminalista no Rio e depois ministro do STM, frequentavam assiduamente, com as respectivas esposas, as reuniões dos domingos à noite. Eu ficava fascinada com a inteligência daqueles homens.

Memória MPM – *A senhora se lembra de alguns presos que o Evaristo defendia?*

Vera Regina Alves de Brito – Assim é difícil recordar... Me lembro de alguns presos como a Inês Etienne, o Hélio da Silva... ambos já mencionados. Lembro-me demais do Nelson Rodrigues Filho, filho do Nelson Rodrigues. Eram várias as acusações contra ele. Impressionante, porque ele foi colega do meu irmão na Faculdade Nacional de Engenharia, no Largo São Francisco de Paula, onde atualmente fica a sede do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. A mãe dele, que se chamava Elza, guardo na memória até

hoje, aquela mulher sofredora, marcada, que nunca deixou de estar com o filho todas as vezes em que ele ia prestar depoimento nas Auditorias.

Memória MPM – *Eram mais de dez acusações contra ele...*

Vera Regina Alves de Brito – Era um rol.

Memória MPM – *E ele foi condenado em tudo?*

Vera Regina Alves de Brito – Pode até ter tido alguma absolvição, mas não me recordo. Lembro-me do Alex Polari de Alverga, hoje escritor, que se envolveu no sequestro do embaixador da Alemanha; do jornalista Cid de Queiroz Benjamin: esse menino era novinho, tinha seus 18, 19 anos, mas o garotinho não era mole!

Memória MPM – *E a maior parte deles foi condenada ou tinha também absolvições?*

Vera Regina Alves de Brito – Muitas absolvições também...

Memória MPM – *O promotor tinha atribuição para tomar a iniciativa, por exemplo, de fazer vistoria nos presídios, nas detenções, nas carceragens?*

Vera Regina Alves de Brito – Tenho conhecimento de que colegas faziam vistoria nos presídios, mas eu nunca fui convidada. Provavelmente, por duas coisas: pelo fato de ser jovem e pelo fato de ser mulher. Fui a presídios quando era solicitadora, estagiária da Defensoria Pública, mas depois não retornei mais.

Memória MPM – *O estágio na Defensoria Pública foi na Justiça Comum?*

Vera Regina Alves de Brito – Junto às Varas Cíveis, que eram 21 ou 22. Enfim, nas Auditorias, não sei se por ser mulher, ou se por ser tão jovem, com falta de experiência de vida, ou as duas coisas, os colegas mais velhos procuravam me preservar, e me alijar até, de maneira que as coisas não chegavam até mim. Só ouvia falar das arbitrariedades contra os presos nos seus depoimentos. E, sinceramente, achava que era um negócio meio difícil de ocorrer. Parecia tão improvável... E a gente via nos autos tanta violência praticada por eles... O preso sempre reclama de ter sofrido violência...

Pouco depois de eu chegar à Auditoria, o auge da repressão passou. Peguei a Lei de Anistia ainda no Rio de Janeiro.

Memória MPM – *Qual foi o ambiente na Auditoria em torno da Lei da Anistia? Os processos sem condenação continuaram andando?*

Vera Regina Alves de Brito – Eu não me recordo bem, mas acho que foi isso, porque me lembro de conversar muito sobre a Lei da Anistia com o juiz-auditor, o Dr. Mauro Seixas Telles, um rapaz inteligente, meio vanguardista, irmão do ministro Antonio Carlos de Seixas Telles, do Superior Tribunal Militar.

Memória MPM – *Em termos de infraestrutura, como eram as Auditorias?*

Vera Regina Alves de Brito – Não havia nada. A gente fazia o serviço de datilografia, de pesquisa de jurisprudência, a parte administrativa, tudo. Não havia assistentes, infelizmente. Para coletar a jurisprudência, por exemplo, era preciso ler o Diário Oficial, recortar os acórdãos do Tribunal, que eu então encadernava em volumes. Retirava do DOU apenas a parte relativa ao STM. Durante anos mantive esses

volumes encadernados. E fazia fichas para os delitos e seus julgados. Hoje está tudo na internet...

Memória MPM – *E material?*

Vera Regina Alves de Brito – Material até que tinha, nunca senti falta de papel. Mas alguns reclamavam que até papel faltava.

Memória MPM – *E segurança?*

Vera Regina Alves de Brito – Não havia nenhuma.

Memória MPM – *Como era lidar com casos, às vezes tão rumorosos, que chamavam a atenção?*

Vera Regina Alves de Brito – Numa oportunidade, passei um susto terrível! Eu pedi a condenação de um assaltante de banco e soube que um tempo depois ele se evadiu. Um dia eu estou passando pelo Largo do Machado indo em direção à Rua das Laranjeiras, quando o identifico ali, solto: ele me reconheceu e eu o reconheci. Parecia que meu coração tinha saído pela boca! A gente não tinha segurança nenhuma.

Lembro-me bem de um crime militar, sem relação direta com a Segurança Nacional. Pedi a condenação de um cabo, ou sargento, agora não me recordo, por um ato de violência contra superior e ele chegou a ser condenado. Mas, integrante do Centro de Informações da Aeronáutica, o CISA, nunca cumpriu pena, porque mandava e desmandava. Se agredia um superior, imagine o que mais fazia. E algumas vezes me cruzei com ele nas ruas. Numa oportunidade, eu estava em uma lanchonete, tomando um cafezinho, quando escutei aquela voz atrás de mim, dizendo: “Mas é muito

boa, pena que seja tão brabinha.”. Tomei aquele susto! Mas não o encarei, nem me voltei.

Memória MPM – *Chegou a haver algum incidente na Auditoria?*

Vera Regina Alves de Brito – Pois é, numa oportunidade eu telefonei para a Auditoria avisando que me atrasaria dez minutos, porque as audiências começavam pontualmente. Mas quando chego para estacionar o carro, não consigo ter acesso, pois havia um cordão de isolamento e policiais. Um deles me informou: “Olha moça, foi um tiroteio no prédio do Ministério da Aeronáutica.”. Então, fui embora. Depois liguei e me relataram que um desses presos, das quadrilhas de delinquentes comuns – eles entravam pela parte de trás do prédio, chegando de camburão, e passavam por um corredor para entrar no *hall* social onde ficavam os elevadores –, agarrou a metralhadora de um guarda e disparou. Houve tiroteio e ele morreu. Foi um desespero. Não tinha segurança nenhuma, os tempos eram outros. Na Auditoria da Aeronáutica havia um salão enorme onde os presos aguardavam e para chegar a minha sala tinha que passar no meio deles.

Memória MPM – *Alguma vez a senhora sentiu algum tipo de pressão, da área militar em relação a sua atuação nos processos?*

Vera Regina Alves de Brito – Não, de parte da área militar jamais sofri pressão com relação aos crimes contra a segurança nacional. Fui sofrer pressão tempos depois, em Brasília, na época da emenda Dante de Oliveira.

Memória MPM – *Eu pergunto em geral, mas podemos falar primeiramente dos crimes contra a segurança nacional.*

Vera Regina Alves de Brito – Não senti pressão da área militar. O procurador-geral também não interferia na minha atuação. Talvez tenha tido sorte, pois alguns colegas relataram terem sofrido pressões.

Memória MPM – *E nos crimes militares?*

Vera Regina Alves de Brito – Apenas, numa oportunidade, um capitão de mar e guerra adentrou na minha sala e ficou solicitando que eu pedisse a absolvição de um capitão. Expliquei que não podia, por ser um crime culposo. Questionei se fosse um praça que tivesse cometido crime culposo contra o superior, ele iria até ali pedir sua absolvição. Então me disse: “A senhora, como toda mulher, não entende nada de hierarquia e disciplina militares.”. E terminou dizendo que lugar de mulher é na cozinha. Disse isso dentro da minha sala! Tinha um colega meu chamado Coelho, que faleceu cedo. A sala era um cubículo, o Coelho saiu de fininho, só vi a porta abrir e o Coelho sair. Me levantei e respondi: “Comandante, o lugar da sua mãe, da sua filha e da sua mulher talvez seja na cozinha, mas o meu não é! O senhor, por favor, saia da minha sala!”. Foi o único incidente assim.

Memória MPM – *E como foi em Brasília?*

Vera Regina Alves de Brito – Anos depois, aqui em Brasília, tive muito medo, na época do deputado Dante de Oliveira e da campanha pelas “Diretas Já!”. Foram baixadas aquelas medidas de emergência, proibindo passeatas. Mas o pessoal da Universidade de Brasília enfrentou a proibição. O general Newton Cruz saiu dando chicotada nos carros. Um inquérito policial foi instaurado e veio parar na minha mão, numa época em que estava assoberbada de serviço. Olhei aquilo e pensei em pedir arquivamento. Eu devia ter falado logo, mas em função do acúmulo de serviço deixei para me

pronunciar só no final do prazo. Começou, então, uma guerra contra mim. Fui chamada pelo procurador-geral, Dr. Milton Menezes da Costa Filho, que disse que não era caso de arquivamento e que eu deveria enquadrar o pessoal na Lei de Segurança Nacional. Respondi que não tinha artigo nenhum na Lei de Segurança Nacional em que pudesse enquadrar o que eles fizeram, sair em passeata: “É arquivamento!”, disse. Veio então um recado do Comando Militar do Planalto, por meio do juiz-auditor: “O general Newton Cruz quer conversar com a senhora.”. Eu já imaginava o que era... Disse que deveria ir ao Comando Militar no Planalto para conversar com ele. Aí, questionei: “Mas eu ir ao Comando Militar no Planalto se é ele quem quer conversar comigo? Ele que venha aqui!”. E não fui. O doutor Milton, contudo, me chamava todo dia. Colegas na Procuradoria diziam: “Vera, você tem que ver se não há um crime...”. Eu dizia que não havia. Foi um cerco. Então, me sentei uma noite em casa e fiz o arquivamento. Passei a noite inteira trabalhando nele. No dia seguinte, fui levar o pedido de arquivamento para o doutor Milton ver. Daí a secretária dele disse: “Doutora Vera, faça uma coisa: já traga o pedido datilografado, porque se estiver datilografado o doutor Milton não vai mudar.”. Voltei para casa, datilografei e levei novamente. Dito e feito! Ele não mudou. Pedi o arquivamento, mas comecei a ter muito medo, porque havia também um processo grande, que veio lá de Luziânia, um crime militar. Um tenente que matou um traficante de carro, tenente Avelino – era um processo bem complicado, envolvendo a Polícia do Exército. Ora, o Newton Cruz era o comandante da Região Militar. Senti-me intimidada ao me deparar com esse caso de uma turma “barra-pesada” de militares que se envolveu com delinquentes de Goiás. Quando eu saía à noite da Auditoria, naquele estacionamento deserto, meu carro ficava parado longe e eu sentia um frio na espinha. Diziam, por aqueles tempos, que o Newton Cruz, quando diretor do SNI, teria até sido mandante do assassinato do jornalista

HISTÓRIAS DE VIDA

Alexandre von Baumgarten, em outubro de 1982. As audiências iam até tarde... Aí o juiz-auditor começou a me levar de carro pelo estacionamento, até o meu automóvel. Tudo escuro, um deserto! Eu entrava no meu carro e dirigia sozinha até minha casa.

Memória MPM – *Em que ano a senhora veio para Brasília?*

Vera Regina Alves de Brito – Em 1980.

Memória MPM – *Foi promoção?*

Vera Regina Alves de Brito – Vim requisitada.

Memória MPM – *E a Auditoria era mista?*

Vera Regina Alves de Brito – Era mista, com todas as Armas: Exército, Marinha e Aeronáutica. Incluía, ainda, a Polícia Militar e os Bombeiros.

Memória MPM – *E como foi essa experiência?*

Vera Regina Alves de Brito – Era horrível! Tremenda sobrecarga de serviço e a responsabilidade por julgar policiais e bombeiros.

Memória MPM – *E o que tinha mais de volume processual?*

Vera Regina Alves de Brito – A Polícia Militar, seguida do Exército.

Memória MPM – *E o que era?*

Vera Regina Alves de Brito – Abuso de autoridade, indisciplina, mortes violentas. Isso tudo ia parar em nossas mãos.

Memória MPM – *E tinha um bom volume de apuração e condenação?*

Vera Regina Alves de Brito – Quem julgava a Polícia Militar e os Bombeiros eram os Conselhos do Exército. A tendência era condenar.

Memória MPM – *A senhora participou, prestando assistência, de algum inquérito policial militar?*

Vera Regina Alves de Brito – Não, nunca participei de IPM. Alguns colegas participavam. Eu prestei apenas uma assessoria, num inquérito em Anápolis.

Memória MPM – *Na sua ficha constam algumas assistências em IPMs: um em 1982, na Guarda Presidencial, em Brasília; outro em 1987, no Comando-Geral da Polícia do Exército, em Brasília; e em 1988, na base aérea de Anápolis, em Goiás.*

Vera Regina Alves de Brito – Esse de Anápolis eu lembro, mas os outros dois, não. Esse de 1987, talvez, tenha sido um rapaz preso pela Polícia do Exército que sofreu algumas lesões. A revista *Veja* fez uma reportagem, onde publicava o laudo pericial do Instituto de Criminalística, que ainda não tinha sido concluído. Nesse caso, assessoriei o inquérito. O rapaz não sofreu as lesões na Polícia do Exército, lá chegando já com lesões. Eu não sei por que, não me lembro mais. Por essa época, creio que em função desse caso até, tive um embate com um deputado de Brasília, hoje deputado federal, Chico Vigilante. Sobre a Guarda Presidencial, me recordo apenas que de fato fui lá numa oportunidade, mas não sei a razão, tampouco tenho lembrança de um inquérito.

Memória MPM – *A senhora conheceu vários procuradores-gerais...*

Vera Regina Alves de Brito – Conheci mais o doutor Ruy [de Lima Pessôa] e o doutor Milton [Menezes da Costa Filho], que foi 12 ou 13

anos procurador-geral. Com os outros, embora já estivesse em Brasília, tive menos contato. O Dr. George Tavares conhecia como advogado badalado no Rio de Janeiro, mas não tive muito contato com ele em Brasília. O mesmo se deu com os doutores [Francisco] Leite Chaves e Eduardo [Pires Gonçalves], que havia sido meu colega.

Memória MPM – *A senhora foi professora de francês também?*

Vera Regina Alves de Brito – Sim, comecei minha vida como professora de francês e de música. Mas, onde conseguiram todas essas informações? Eu até havia me esquecido disso [risos]...

Memória MPM – *Brasília, embora fosse a capital, era uma cidade muito recente, ainda interiorana. Como foi a mudança do Rio de Janeiro para Brasília?*

Vera Regina Alves de Brito – Foi um baque! Acho que até para a minha vida profissional a vinda para Brasília foi uma regressão. Porque se tivesse continuado no Rio de Janeiro, na Faculdade, com as amizades que tinha, cursos e mais cursos, acho que profissionalmente teria ido além. Ainda moro em Brasília, mas não gostei da cidade. Eu lembro que saía da Auditoria e chegava a meu apartamento, na Asa Norte, no sexto andar do prédio, ao final da tarde. Havia poucas construções ao redor. Os pores do sol eram maravilhosos sobre aquele horizonte amplo. Batia muitas fotos. Mas a nostalgia era imensa. Demorei muito a me adaptar.

Memória MPM – *Seu esposo também veio para Brasília?*

Vera Regina Alves de Brito – Sim, viemos em 1980. Ele recebeu um convite para assessorar o ministro das Comunicações, Aroldo Correa de Matos. Até hoje moro aqui, mas não me acostumo muito. Ontem estava no Rio.

Memória MPM – *A sua família veio para cá?*

Vera Regina Alves de Brito – Meu irmão já morava aqui, minha família é pequena. Embora meu irmão tenha quatro filhos, cada um mora em um canto do mundo.

Memória MPM – *O convívio que a senhora tinha com advogados célebres no Rio de Janeiro se reproduziu em Brasília?*

Vera Regina Alves de Brito – Não. No Rio de Janeiro, havia advogados com grande cabedal jurídico. Com honrosas exceções, o mesmo não se passava em Brasília, no meu entendimento. Por exemplo: recorde-me de um processo que veio às minhas mãos quando o meu colega Marco Antonio Bittar entrou no gozo de férias. O juiz resolveu fazer o julgamento. Assim, levei o processo para casa, estudei-o por horas a fio. Para minha surpresa, no dia da sustentação oral, o advogado – muito conhecido – nada sabia do processo e da situação do seu próprio cliente. Eu tive até vontade de, num ímpeto, pedir que o réu fosse considerado indefeso, mas tinha lá o juiz, os militares, que não aceitariam. Foi terrível! Depois o advogado veio falar comigo: “Doutora, a senhora me surpreendeu, porque conhecia o processo.” “O senhor queria que eu entrasse em julgamento sem conhecer o processo?”. No dia seguinte, chego à Auditoria, e o diretor de Secretaria me diz: “A senhora não imagina quem foi nomeado ministro do Tribunal Federal de Recursos!”. Era o advogado da véspera! Era amicíssimo do senador José Sarney. Quando nos encontrávamos, em algum evento ou cerimônia, ele fingia que não me conhecia. Até que o encontrei numa festa em São Luís do Maranhão e resolvi interpelá-lo: “O senhor não está lembrado de mim?”.

Memória MPM – *E ele?*

Vera Regina Alves de Brito – “Ah, sim: doutora Vera, da Auditoria.”. Claro que se lembrava de mim. Haviam se passado vários anos e ambos estávamos aposentados.

Memória MPM – *Alguma vez a senhora chegou a pedir a absolvição do réu?*

Vera Regina Alves de Brito – Cansei de pedir! Sempre que tinha dúvidas. Como disse, acho que as mulheres são mais cuidadosas com os detalhes. Então, se havia dúvidas, pedia a absolvição.

Memória MPM – *Isso acontecia mais em que tipo de crime?*

Vera Regina Alves de Brito – Não me recordo, mas acho que em todos.

Memória MPM – *Em 1988, a senhora passou a procuradora militar de 2ª categoria. É isso? Em fevereiro de 1995, foi promovida a procuradora da Justiça Militar – é que o nome do cargo foi mudando...*

Vera Regina Alves de Brito – É, foi mudando. Depois fui subprocuradora, em maio de 1995. Logo depois, me aposentei.

Memória MPM – *Em novembro de 1995.*

Vera Regina Alves de Brito – Eu tenho arrependimento de ter pedido a aposentadoria tão cedo.

Memória MPM – *Por que pediu a aposentadoria?*

Vera Regina Alves de Brito – Minha promoção tinha sido por merecimento, não por antiguidade. Havia colegas mais velhos do que eu que

queriam se aposentar no final da carreira e fizeram pressão para que eu cedesse a vaga. Acabei cedendo. Calhou que meu marido tinha se aposentado e nós pretendíamos viajar. Mas logo depois ele faleceu.

Memória MPM – *Em 1995 houve uma leva grande de aposentadorias.*

Vera Regina Alves de Brito – Sim, porque aumentaram as vagas e havia muita gente querendo se aposentar.

Memória MPM – *Havia também ameaça de mudanças no regime da Previdência.*

Vera Regina Alves de Brito – Verdade! Bem-lembrado! Consegui contar tempo de licença-prêmio não gozada, três anos e meio ou quatro de estágio, e me aposentei com 28 anos de serviço.

Memória MPM – *A senhora também contou o tempo de serviço no Ministério Público do Trabalho?*

Vera Regina Alves de Brito – Isso e o estágio como solicitadora. Porque meu diploma veio com o nome errado, o que levou um ano para ser corrigido.

Memória MPM – *Por esse motivo é que as datas da sua formatura e do seu diploma não batem.*

Vera Regina Alves de Brito – Exatamente! Eu me formei em 1968 e o diploma é de 1969. Demorou demais, porque veio o nome errado. Era Vera Regina da Mota Coelho e não constava o “da”. Já era uma época tumultuada no Brasil. Como não podia registrar meu diploma, acabei permanecendo como solicitadora. Mas isso foi bom, por um lado, porque me fez contar mais tempo para a aposentadoria.

Memória MPM – *A senhora atuava como solicitadora junto a algum escritório de advocacia ou de forma independente?*

Vera Regina Alves de Brito – Primeiro foi na Defensoria Pública, junto às Varas Cíveis. Também fiz estágio na Justiça do Trabalho.

Memória MPM – *A senhora possui publicações no Direito do Trabalho, uns dois ou três artigos.*

Vera Regina Alves de Brito – Tenho! Lembro-me de um sobre os aeronautas. Na Justiça Militar, nunca tive tempo para publicar, porque trabalhava demais.

Memória MPM – *Especialmente em Brasília?*

Vera Regina Alves de Brito – Sim, em Brasília não foi brincadeira! Permaneci quinze anos na Auditoria, sendo que, por várias vezes, fiquei sozinha, sem ajuda de outro colega, sem uma secretária. Depois de certo tempo, me queixei ao doutor Milton, informando que não estava aguentando o serviço. Ele disse que trabalho não matava ninguém, mas me fez o favor de disponibilizar uma das datilógrafas que serviam aos subprocuradores-gerais para me ajudar, porque eu não estava dando conta. Durante muito tempo não tive final de semana. Hoje em dia, o mesmo trabalho que eu fazia sozinha, acrescido da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, é feito por vários procuradores.

Memória MPM – *Em 1994, antes da aposentadoria, a senhora recebeu a Medalha do Pacificador.*

Vera Regina Alves de Brito – Sim, recebi. Foi uma homenagem que me tocou muito. Porque esse negócio de medalha, como sabemos, é por

indicação. Até hoje não consegui descobrir quem me indicou. Foi alguém que trabalhou comigo, provavelmente algum militar.

Memória MPM – *A senhora acompanhou diferentes momentos do Ministério Público Militar. Nos anos 1970/80, o volume de atribuições era maior do que é hoje, porque havia a Lei de Segurança Nacional, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, mas a estrutura era muito mais precária. Como é que a senhora percebe essa mudança?*

Vera Regina Alves de Brito – O Ministério Público hoje parece bem menos unido do que era na nossa época. Hoje em dia, cada um tem seu gabinete, entra e não sabe nem quem está na Casa. Antigamente, trabalhávamos três promotores num cubículo na Auditoria da Marinha. A mesa de um era grudada na do outro. Todos conviviam. Almoçávamos juntos, promotores, juízes e advogados de ofício. Havia muita interação, eu conheço o Dr. [José Carlos] Couto de Carvalho dessa época, por exemplo. Ele era funcionário da Auditoria da Marinha. Então, havia uma convivência estreita e amistosa.

Memória MPM – *A senhora sentia que era uma espécie de família?*

Vera Regina Alves de Brito – Sim, uma espécie de família. Quando cheguei aqui, em Brasília, a Procuradoria funcionava em um andar no prédio do Superior Tribunal Militar. A Auditoria ficava em outro. A parte administrativa, os procuradores, tudo estava junto.

Memória MPM – *Como é que a senhora via a relação, naqueles tempos, do Ministério Público Militar com o Tribunal Militar?*

Vera Regina Alves de Brito – Nunca me relacionei muito com o Tribunal, até porque eu era a única mulher em Brasília, e sempre fui um pouco

tímida. Não tinha relacionamento com o Tribunal. Nessa época, somente o procurador-geral, que era o doutor Milton, fazia as audiências no Tribunal. Ele nunca delegou essa atribuição.

Memória MPM – *Quando a senhora diz ser a única mulher, era na Auditoria? Porque na Procuradoria já havia outras.*

Vera Regina Alves de Brito – Isso, na Auditoria. Na Procuradoria tinha a doutora Marly [Gueiros Leite], além da Dra. Nadir [Bispo], mas ela vivia muito afastada e depois foi para São Paulo ou para o Rio de Janeiro. Foi candidata a um cargo parlamentar. Trabalhou um tempo comigo. Mas, em geral, eu ficava sozinha.

Memória MPM – *Com os ministros, a senhora não convivia?*

Vera Regina Alves de Brito – Nunca fui de ir ao Tribunal, mas era prestigiada pelos ministros que me conheciam. Especialmente o [Antonio Carlos] Seixas Telles, com cujo irmão, Mauro, trabalhei. Havia também o ministro Leal Ferreira, quem me indicou para a medalha que recebi do Tribunal. Não me recordo mais de outros. Havia colegas que estavam sempre no Tribunal. Muitos juízes, como o Roberto Menna Barreto, com quem também trabalhei. Mas, sempre me resguardei um pouco, nem sei o porquê, talvez pelo fato de estar sozinha me sentia um pouco acanhada. Para se ter uma ideia, certa vez um sobrinho do general Rodrigo Octávio [Jordão Ramos], ministro do STM, muito respeitado, encontrou o meu marido, que era militar da reserva, e mencionou: “Escuta, existe uma procuradora aqui na Justiça Militar que tem seu sobrenome, por acaso tem alguma ligação com você?”. Eu nem cheguei a conhecer o general Rodrigo Octávio, pois ele havia entrado na compulsória.

Memória MPM – *A senhora chegou a encontrar auditoras?*

Vera Regina Alves de Brito – Sim, cheguei a trabalhar com duas em Brasília.

Memória MPM – *E as mulheres apareciam como ré?*

Vera Regina Alves de Brito – Muito pouco. Houve uma mulher como ré em um processo da Marinha, mas era uma civil, envolvida num crime de agiotagem, perpetrado pelo genro dela dentro da Marinha. Ele era cabo ou sargento. Mas o capital era dela, então foi denunciada como coautora. Eu me lembro só desse caso, tirando, é claro, a parte de segurança nacional, que tinha muita mulher.

Memória MPM – *Se a senhora fizesse um balanço de sua trajetória no Ministério Público Militar, como a sintetizaria?*

Vera Regina Alves de Brito – Foi gratificante. Profissionalmente foi muito bom. Foi uma boa época da minha vida. A única coisa que lamento foi ter me aposentado tão cedo. Acho, sim, que se tivesse continuado no Rio de Janeiro, teria ido mais longe. Deixei a Faculdade, adorava dar aulas. Até fui indicada para ministrar aulas na Universidade de Brasília, mas era à noite, uma coisa complicada, pois o trabalho na Auditoria era pesado. Cheguei aqui sem conhecer ninguém e senti um baque. Fui me reestruturar melhor quando veio o Dr. Bittar e começamos a trabalhar juntos. Foi um amigo, um colega, nos adaptamos bem.

Memória MPM – *Bem, agradeço muito pelo seu depoimento.*

Vera Regina Alves de Brito – Obrigada, foi muito bom para mim, eu relembrei certas coisas que até já tinha esquecido.